



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital **1012182-59.2017.8.26.0566**

nº:

Classe - Assunto **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**

Requerente: **Alice Neponuceno Aragão**

Requerido: **Banco BMG S/A.**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

Cuida-se de ação declaratória de inexistência de relação jurídica c.c repetição de indébito e indenização por danos morais com pleito de tutela antecipada que a autora **Alice Nepomuceno Aragão** move em face de **Banco BMG S.A.** Pretende a autora: a) a concessão de tutela provisória a fim de cessar o desconto das parcelas do empréstimo de sua conta corrente, bem como da reserva de margem, sob pena de multa diária a ser arbitrada pelo Juízo; b) a inexistência de relação jurídica entre as partes sobre a contratação do empréstimo consignado da RMC (cartão de crédito), igualmente a Reserva de Margem Consignável (RMC); c) a condenação do réu ao pagamento de repetição de indébito; d) a condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais; e) a confirmação dos efeitos da tutela; e) Na hipótese de comprovação da contratação, requer, alternativamente, seja realizada a readequação/conversão do empréstimo de cartão de crédito consignado (RMC) para empréstimo consignado, sendo que os valores já pagos de RMC


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

deverão ser utilizados para amortizar o saldo devedor. Requer a inversão do ônus da prova, nos termos do inciso VIII do artigo 6º da legislação consumerista.

Com a inicial vieram os documentos (fls. 26/32).

A instituição financeira ré, em contestação de folhas 42/45, aduz, em síntese, que a contratação do cartão de crédito (BMG Card) pela autora com o réu foi validamente realizada, tendo a autora apostado a sua assinatura no contrato e apresentado seus documentos pessoais e comprovante de endereço, o que comprova a sua aquiescência quanto às condições envolvidas na utilização do cartão. Sustenta que o contrato celebrado entre as partes prevê o desconto de até 10% junto ao contracheque da autora para pagamento do valor mínimo fixado na fatura. Há que se observar o princípio do *pacta sunt servanda*. Alega estar agindo no exercício regular de direito. Salienta a inexistência do dano moral. Afirma ser incabível o pedido de restituição do indébito em dobro e o pedido de inversão do ônus da prova. Descarta ainda, a possibilidade de fraude e batalha pela improcedência do pedido.

Com a contestação vieram os documentos (fls.96/121).

Sem réplica conforme certidão de fls.135.

É uma síntese do necessário.

Fundamento e decido.

Julgamento antecipado da lide dada a desnecessidade de dilação probatória (art.355, I, NCPC).

Trata-se de típica relação de consumo, de natureza bancária, sendo plenamente viável a inversão do ônus da prova (artigo 373, II, do NCPC).

Isso, contudo, em nada altera a situação dos autos. A hipótese é



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de improcedência.

A autora, na petição inicial, alega que efetuou alguns empréstimos, que permanecem na margem de 35% (trinta e cinco por cento) prevista. Ocorre que, além dos citados empréstimos consignados, há outro empréstimo que está sendo descontado de seu benefício de pensão por morte, no valor equivalente a R\$ 78,92, referente à contratação de empréstimo realizado do RMC (reserva de margem consignável). Salienta nunca haver solicitado o cartão de crédito, tampouco aderido à contratação.

A ré, em contestação, apresentou as faturas do cartão de crédito (cf. fls. 92/121) e o contrato (cf. fs. 126/128) - termo de adesão cartão de crédito consignado Banco BMG e autorização para desconto em folha de pagamento, devidamente assinado pela ré (fls. 128), além da documentação apresentada no momento da contratação (cf. fls. 129/131).

Em réplica, a autora não se manifestou.

Ora, a autora também tem o ônus de impugnação especificada quanto aos fatos extintivos e impeditivos arguidos na contestação (Código de Processo Civil, art. 350 NCPC).

Após a apresentação de contestação, não houve controvérsia sobre aquela.

J.J.Calmon de Passos ensina que : “A assertiva de que ao autor também se aplica o disposto no art. 302 encontra sua justificativa no princípio da igualdade das partes no processo. Parece-nos ser violador dessa garantia retirar-se do silêncio do demandante, em face do fato alegado pelo réu constitutivo de sua exceção ou objeção, capaz de o liberar do pretendido pelo autor), consequência diversa daquela que se retira do silêncio do réu diante do fato alegado pelo autor e constitutivo de seu direito” (Comentários ao Código



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de Processo Civil, Vol. III, p. 281, 8ª ed., Ed. Forense).

No mesmo sentido ensina Vicente Greco Filho: “...O réu alega, na contestação, fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, reconhecendo o fato em que se fundou a ação. Nesta hipótese, também é dada a oportunidade de réplica ao autor no prazo de dez dias, facultada apresentação de documento. Após o prazo de dez dias passa-se ao julgamento conforme o estado do processo. Na réplica o autor tem o ônus de impugnar, sob pena de ser presumido como aceito o fato impeditivo ou extintivo alegado, passando a situação a ser favorável ao réu. Com a alegação de fato dessa natureza se diz que reus fit actor (o réu se torna autor)” (Direito Processual Civil Brasileiro, 2ºvol., p. 162, 11ª ed.).

Por consequência, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela ré e não impugnados.

Em caso análogo, decidiu o Tribunal de Justiça de São Paulo: Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenizatória – aquisição de bens - compra e venda financiada pela requerida – celebração de quatro contratos apresentados pela requerida - autor que não nega a relação jurídica - ausência de impugnação específica dos termos contratuais – inserção do nome do autor em órgão de proteção ao crédito – ausência de comprovação do pagamento – requerida em exercício regular de direito – improcedência mantida – apelação não provida. (Relator(a): Eros Piceli; Comarca: São Caetano do Sul; Órgão julgador: 33ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 13.06.2016; Data de registro: 16.06.2016).

Nenhuma irregularidade, pois, se vislumbra na conduta da ré que agiu no exercício regular do direito.

Enfim, não havendo agir ilícito e tampouco defeito na prestação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de serviços, não há danos a serem indenizados.

Em face do exposto, julgo improcedentes os pedidos da autora, condenando-a, em razão de sua sucumbência, ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor dado à causa.

Sendo beneficiária da gratuidade de justiça, as verbas da sucumbência apenas poderão ser cobradas se provada a perda da condição de necessitada.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 27 de fevereiro de 2018.

Juiz(a) Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA
LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**